

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 10/11/97
Horas: 12:20

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
Legislação dos Santos
Seção Protocolo
Pon. 032/GP/CMOPO/OO/97

Ofício nº 652/Gab/97

Em, 07 de novembro de 1997.

Senhor Presidente,



Através deste, encaminhamos à Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 626 de 07 de novembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e a desapropriar áreas de terras e dá outras providências, para a devida apreciação por esta Casa Legislativa.

Considerando a natureza da matéria, solicitamos que seja observado o regime de urgência, determinando-se a convocação de Sessões Extraordinárias para a sua apreciação.

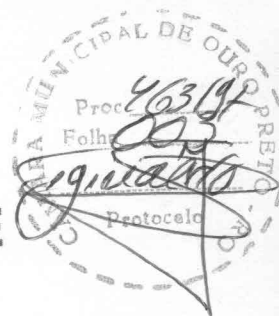
Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração. ✓

Atenciosamente.

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO

Ao
Excelentíssimo Senhor
JOSÉ JOVIAL PASCOAL DA SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Ouro Preto do Oeste - RO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



Mensagem nº 634

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar o Projeto de Lei nº 626 de 07 de novembro de 1997, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública e a desapropriar áreas de terras e dá outras providências, para que seja submetido à elevada apreciação desta Augusta Casa de Leis.

Com a expansão e a ocupação das áreas existentes, tornou-se necessária a ampliação da zona urbana, cuja saída encontrada é o da desapropriação.

Autorizado, o Poder Executivo passará a pesquisar as áreas que melhor se adequem à necessidade do Município, escolhendo-a de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração..

Assim, com este intuito é que sujeitamos a presente matéria, à apreciação dos Senhores Vereadores, aguardando desde já, em regime de urgência, a sua aprovação.✓

Palácio dos Pioneiros, em 07 de novembro de 1997.

CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 626

DE 07 DE NOVEMBRO DE 1997.

APROVADO 1ª VOTAÇÃO QUORUM 08 FAV. / 02 CONT. Em: <u>04 / 12 / 97</u>

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DECLARAR DE UTILIDADE PÚBLICA E A DESAPROPRIAR ÁREAS DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE APPROVADO 2ª VOTAÇÃO O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste Quorum <u>12 VOTOS / UNAN.</u> Sessão <u>EXTINÇÃO</u> Horas: <u>19:00</u> Em: <u>09 / 12 / 97</u>
--

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública e a desapropriar área de terras localizado na zona urbana ou rural do Município, com extensão de até 100 ha (cem hectares), destinado à construção de aeroporto, parque de exposição e para a loteação de terrenos para doação ou venda mediante o pagamento do preço em prestações ou à vista.

§ 1º - A área a ser destinada à construção do parque de exposição, será doada à Associação de Criadores de Ouro Preto.

§ 2º - A área a ser destinada à loteação de terrenos, o poderá ser para fins residencial, comercial ou industrial, com ou sem implantação de programas de habitação, incentivos comerciais e industriais do Governo Estadual ou Federal.

§ 3º - A área a ser destinada à loteação de terrenos para fins industriais, poderá ser doada às pessoas jurídicas, com o fim de permitir o desenvolvimento industrial de Ouro Preto do Oeste, sendo, neste caso, fixado prazo para o início e término da obra de edificação.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública e a desapropriar área de terras localizado na zona urbana do Município, com extensão de até 20 ha (vinte hectares), destinado a implantação do Centro Social e de Lazer.

Parágrafo único - Ocorrendo a alteração de projetos, a destinação do imóvel de que trata o artigo, poderá ser alterada, desde que obedecidos os mesmos princípios e finalidades.

Art. 3º - O Poder Executivo designará comissão para identificar e avaliar o imóvel a ser desapropriado.

Art. 4º - Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, na importância de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais) conforme a seguinte classificação institucional, econômica e funcional programática:

02.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

10583231.0xx - Desapropriação de Terrenos

4.2.1.0.00 - Aquisição de Imóveis

155.000,00

Parágrafo único - Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial serão os resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



CARLOS MAGNO RAMOS
PREFEITO

